



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000372-27.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 2ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 5/2015

Período da correição: entre os dias 30-3-2015 e 29-5-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Correicional: Karolina Oliveira Fontanela



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 27/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Santo Amaro da Imperatriz

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado, São Bonifácio e Angelina

Juiz titular: Clóvis Marcelino do Santos

Chefe de cartório: Neusa Maria Turnes Bruggemann

Última correição por equipe da CGJ/SC: não houve.

Competência: Resolução n. 2/2014: "[...]Art. 4º Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz:I – processar e julgar:a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);b) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);c) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e *habeas data*);e) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991);f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006);h) as ações de Direito Bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969) que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e também as empresas de *factoring*, excluídas as ações de natureza tipicamente civil, incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito originariamente contemplado nesta alínea;II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência; III – exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979)[...]"

Entrância: final

Data da instalação/lei de criação: Lei Complementar n. 516/2010

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | Valor | |
|----------|---|-------|------------|
| 1.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | | 8.413 |
| 1.1.2 | Processos em andamento | 7.282 | |
| 1.1.3 | Procedimentos em andamento | 1.131 | |
| 1.1.4 | Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias | | 994 |
| | Cível – Genérico - Processo | | |
| 1.1.4.1 | Ag. Encerramento do Ato | 330 | |
| 1.1.4.2 | Ag. Impressão - Vara | 1 | |
| 1.1.4.3 | Ag. Prazo | 2 | |
| | Criminal- Genérico- Processo | | |
| 1.1.4.4 | Ag. Audiência | 11 | |
| 1.1.4.5 | Ag. Encerramento do ato | 140 | |
| 1.1.4.6 | Ag. prazo | 13 | |
| 1.1.4.7 | Cumprir audiência | 7 | |
| 1.1.4.8 | Petição Inicial – Ag Digitalização | 1 | |
| 1.1.4.9 | Recebido do Juiz - Decisão | 15 | |
| 1.1.4.10 | Recebido do Juiz - Despacho | 74 | |
| 1.1.4.11 | Recebido do Juiz - Sentença | 9 | |
| 1.1.4.12 | Criminal – Procedimentos Investigatórios - Processo | | |
| 1.1.4.13 | Ag. Prazo | 3 | |
| | Execução Fiscal - Processos | | |
| 1.1.4.14 | Ag. Encerramento do ato | 68 | |
| 1.1.4.15 | Cumprir - Urgente | 13 | |
| 1.1.4.16 | Recebido do Juiz | 4 | |
| 1.1.4.17 | Execução Penal - Processo | | |
| 1.1.4.18 | Ag. Digitalização | 3 | |
| 1.1.4.19 | Ag. Encerramento do ato | 3 | |
| 1.1.4.20 | Apresentação em juízo | 1 | |
| 1.1.4.21 | Petição inicial – Ag. Digitalização | 1 | |
| | Juizado Especial Criminal - processo | | |
| 1.1.4.22 | Ag. Audiência | 18 | |
| 1.1.4.23 | Ag. Encerramento do ato | 84 | |
| 1.1.4.24 | Ag. prazo | 43 | |
| 1.1.4.26 | Cumprir - Urgente | 16 | |
| 1.1.4.27 | Cumprir Audiência | 2 | |
| 1.1.4.28 | Juiz leigo | 3 | |
| 1.1.4.29 | Recebido do Juiz - decisão | 5 | |
| 1.1.4.30 | Recebido do Juiz - despacho | 114 | |
| 1.1.4.31 | Recebido do Juiz - Sentença | 4 | |
| 1.1.4.32 | Remetidos à Delegacia de Polícia | 6 | |
| | Indicador | Valor | |
| 1.1.5 | Outros setores | Total | + 100 dias |
| 1.1.5.1 | Ministério Público | 564 | 356 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 225

| | |
|---|-------------|
| 1.1.6 | Observações |
| a) Informações obtidas em 03-7-2015. | |
| b) O SAJ 5 foi instalado na unidade em agosto/2013. | |



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

| | Indicador | | Valor |
|---|---|--------|--------|
| 1.2.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | | 15.122 |
| 1.2.2 | Processos em andamento | 13.394 | |
| 1.2.3 | Procedimentos em andamento | 1.728 | |
| 1.2.4 | Processos sem movimento há mais de 180 dias | 7.133 | |
| 1.2.5 | Observações | | |
| a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: junho de 2015. | | | |

PROCESSOS EM CARGA

| | Indicador | | Valor |
|--|---|-------|------------|
| 1.2.6 | Quantidade total de processos em carga | | 1.401 |
| | Local | Total | + 100 dias |
| | Cargas internas | | |
| 1.2.7 | Contadoria | 97 | 11 |
| 1.2.8 | Distribuição | 131 | 13 |
| 1.2.9 | Juiz | 3.298 | 1.234 |
| 1.2.10 | Ministério Público | 70 | 12 |
| 1.2.11 | Serviço Social | 1 | 1 |
| | Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ | | |
| 1.2.12 | Advogado | 193 | 47 |
| 1.2.14 | Delegacia de Polícia | 73 | 72 |
| 1.2.17 | Perito | 4 | 1 |
| 1.2.18 | Procuradorias | 58 | 10 |
| 1.2.19 | Observações | | |
| Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: junho de 2015. | | | |

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

| | Período | Total | Média mensal |
|--|----------------------------|-------|--------------|
| 1.2.20 | Janeiro a dezembro de 2013 | 6.288 | 524 |
| 1.2.21 | Janeiro a dezembro de 2014 | 5.162 | 430 |
| 1.2.22 | Janeiro a maio de 2015 | 814 | 163 |
| 1.2.23 | Observações | | |
| Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições). | | | |



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|--------|--|--|----------------------|---------------------|
| 1.3.1 | Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo" | O relatório não deve trazer registro | 45 | 2 |
| 1.3.2 | Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos" | | 6 | 1 |
| 1.3.3 | Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)" | | 25 | 1 |
| 1.3.4 | Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido") | | 9 | 1 |
| 1.3.5 | Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados | | 24 | 12 |
| 1.3.6 | Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos | | 23 | 18 |
| 1.3.7 | Principais ativos com Execução de Sentença iniciada | | 99 | 13 |
| 1.3.8 | Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC | O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC | 137 | 25 |
| 1.3.9 | Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA | O relatório não deve trazer registro | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.3.10 | Observações | a) Primeira verificação em 24-3-2015 b) Segunda verificação em 3-7-2015. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos pro | | |



| 1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS | | | | | |
|--|--|----------------------|-------|---------------------|-------|
| | Indicador | Valor | | | |
| | | Primeira verificação | | Segunda verificação | |
| | | Total | + 30d | Total | + 30d |
| | Atendimento | | | | |
| 1.3.11.1 | Cartório - recebido do advogado | 9 | 6 | 3 | 1 |
| | Remessa/recebimento/relação/certificação | | | | |
| 1.3.11.2 | Cartório - aguardando | 8 | 7 | 6 | 6 |
| 1.3.11.3 | Cartório - aguardando AR | 33 | 15 | 28 | 8 |
| 1.3.11.4 | Cartório - aguardando carta precatória | 156 | 112 | 127 | 106 |
| 1.3.11.5 | Cartório - aguardando confecção de relação | 9 | 4 | 18 | 10 |
| 1.3.11.6 | Cartório - aguardando mandado | 323 | 291 | 266 | 250 |
| 1.3.11.7 | Cartório - aguardando publicação de relação | 108 | 41 | 70 | 42 |
| 1.3.11.8 | Cartório - arquivar | 20 | 4 | 20 | 20 |
| 1.3.11.9 | Cartório - escaninho da delegacia | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.10 | Cartório - escaninho do advogado | 4 | 4 | 3 | 3 |
| 1.3.11.11 | Cartório - escaninho do juiz | 1.848 | 1.518 | 287 | 141 |
| 1.3.11.12 | Cartório - escaninho do juiz (assinaturas) | 41 | 28 | 35 | 28 |
| 1.3.11.13 | Cartório - escaninho do promotor | 25 | 4 | 32 | 1 |
| 1.3.11.14 | Cartório - prazo 1 a 31 | 652 | 441 | 330 | 215 |
| | Expedição/cumprimento | | | | |
| 1.3.11.15 | Cartório - cumprir despacho | 530 | 354 | 572 | 534 |
| 1.3.11.16 | Cartório - cumprir despacho urgente | 14 | 2 | 14 | 14 |
| 1.3.11.17 | Cartório - expedir alvará | 10 | 2 | 0 | 0 |
| 1.3.11.18 | Cartório - expedir correspondência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.19 | Cartório - expedir edital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.20 | Cartório - expedir formal | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.21 | Cartório - expedir mandado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.22 | Cartório - expedir precatória | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Organização/juntada | | | | |
| 1.3.11.23 | Cartório - aguardando juntada | 382 | 253 | 401 | 325 |
| 1.3.11.24 | Cartório - aguardando petição | 61 | 35 | 12 | 8 |
| 1.3.11.25 | Cartório - aguardando resposta de ofício | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.26 | Observações | | | | |
| | a) Primeira verificação em 24-3-2015. b) Segunda verificação em 3-7-2015. c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico". | | | | |



1.4 SAJ/CARTÓRIO

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|---|----------------------|---------------------|
| 1.4.1 | Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias. | O relatório não deve trazer registro | 178 | 20 |
| 1.4.2 | Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias. | | 3.334 | 1.079 |
| 1.4.3 | Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias. | | 704 | 171 |
| 1.4.4 | Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias. | | 291 | 61 |
| 1.4.5 | Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias. | | 3 | 1 |
| 1.4.6 | Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias. | | 0 | 0 |
| 1.4.7 | Réu preso | O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais | 38 | 18 |



| | | | | | |
|---|--|---|-------|-------|-----|
| 1.4.8 | Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 28-2-2015) | | 7.226 | 5.279 | |
| | Petição intermediária | | 2.091 | 1.409 | |
| | Peticionamento eletrônico | | 156 | 96 | |
| | Mandados | | 245 | 219 | |
| | AR | | 154 | 22 | |
| | Execução de sentença | | 15 | 14 | |
| | Incidente processual | | 25 | 22 | |
| | Ação incidental | | 0 | 0 | |
| | Movimentação | O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes | 1.212 | 980 | |
| | Pauta de audiências | | 129 | 4 | |
| | Carga | | 996 | 696 | |
| | Cartas recebidas | | 633 | 543 | |
| | Processo | | 526 | 518 | |
| | Recurso | | 5 | 5 | |
| | Usuário | | 1.039 | 751 | |
| 1.4.9 | Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo" | | | 977 | 592 |
| 1.4.10 | Mandados de prisão em aberto com erros | | | 0 | 0 |
| 1.4.11 | Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias | | | 57 | 83 |
| 1.4.12 | Observações | | | | |
| a) Primeira verificação em 24-3-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 977 processos, 44 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 933 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 3-7-2015. b.1) Item 1.4.9: os 592 processos apresentam registro de local físico "sala de arquivo". | | | | | |



1.5 SAJ – ESTATÍSTICA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|--|---|--------------------------------------|----------------------|---------------------|
| 1.5.1 | Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas). | O relatório não deve trazer registro | 1.799 | 1.697 |
| 1.5.2 | Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2014, 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2010 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais. | | 628 | 1.119 |
| 1.5.3 | Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012. | | - | 12 |
| 1.5.4 | Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011. | | - | 63 |
| 1.5.5 | Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP. | | 729 | 690 |
| 1.5.6 | Observações | | | |
| <p>a) Primeira verificação em 24-3-2015</p> <p>a.1) Itens 1.5.3 e 1.5.4: não foi possível a extração dos referidos relatórios por inconsistência do sistema nesta data (24-3-2015).</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 6-7-2015</p> <p>b.1) Item 1.5.1: por inconsistência do sistema na data de extração do relatório, utilizou-se como referência o mês de maio/2015.</p> <p>b.2) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de maio/2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.3) Item 1.5.5: parâmetro de referência: maio/2015. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> | | | | |



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|---|-------------------------|-------------------------|
| 1.6.1 | Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1) | As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Corretamente alimentado | Prejudicado |
| 1.6.2 | Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA | Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão | Parcialmente alimentado | Parcialmente alimentado |
| 1.6.3 | Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Corretamente alimentado | Corretamente alimentado |
| 1.6.4 | Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.5 | Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória | Corretamente alimentado | Corretamente alimentado |
| 1.6.6 | Observações | <p>a) Primeira verificação em 24-3-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 16-3-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 365 registros de processos e 1.262 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no SNBA (0014580-64.2013.8.24.0057, 0003954-88.2010.8.24.0057, 0004113-60.2012.8.24.0057, 0003026-11.2008.8.24.0057, 0003007-97.2011.8.24.0057, 0002675-04.2009.8.24.0057, 0002659-45.2012.8.24.0057, 0002480-82.2010.8.24.0057, 0013988-20.2013.8.24.0057.</p> <p>a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 6-7-2015..</p> <p>b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Suspensa a obrigatoriedade de alimentação dos dados do sistema, pelo Ofício-Circular nº 25/CNJ/COR/2015.</p> <p>b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 455 registros de processos e 1.797 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no SNBA, à exemplo, processo n.</p> | | |



0000081-12.2012.8.24.0057.

b.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|---|----------------------|---------------------|
| 1.7.1 | Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento) | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.7.2 | Observações | Não se aplica em face da competência da unidade. | | |



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 14 de julho de 2015.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Karolina Oliveira Fontanela
Analista Jurídico - M23561